

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2016 (em R\$)		
	2016	2015
ATIVO		
CIRCULANTE (5)		
DISPONÍVEL		
Caixa e Equivalentes de Caixa (5.1)	1.185.998,71	716.874,66
Créditos Diversos (5.2)	3.001,38	58.293,35
TOTAL DO CIRCULANTE	1.189.000,09	775.168,01
NÃO CIRCULANTE (6)		
IMOBILIZADO (6.1)	185.745,98	173.318,88
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA (6.1)	(108.965,30)	(85.549,03)
INTANGÍVEL (6.2)	5.203,80	1.500,00
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	81.984,48	89.269,85
TOTAL DO ATIVO	1.270.984,57	864.437,86
PASSIVO		
CIRCULANTE (7)		
Obrigações Tributárias (7.1)	27,82	-
Recursos Projetos/Convênios em Execução (7.2)	1.148.312,67	765.390,62
Outras Obrigações (7.3)	12.668,64	45.500,00
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	1.161.009,13	810.890,62
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (8)		
Patrimônio Social (8)	53.547,24	46.977,94
Superávit (Déficit) Exercício (8)	48.913,07	6.569,30
Ajuste de Exercício Anterior (8)	7.515,13	-
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	109.975,44	53.547,24
TOTAL DO PASSIVO	1.270.984,57	864.437,86

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2016		
	2016	2015
I – ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) do Exercício	48.913,07	6.569,30
Depreciação do Exercício	23.416,27	15.441,95
Ajustes de Exercícios Anteriores	7.515,13	(5.698,88)
(=) TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	79.844,47	16.312,37
Variações nos Ativos / Passivos		
(+/-) Aumento/Redução das contas a receber	55.291,97	28.420,61
(+/-) Aumento/Redução das obrigações Sociais e Previdenciárias	-	-
(+/-) Aumento/Redução das Obrigações Tributárias	27,82	-
(+/-) Aumento/Redução das Contas a Pagar	(32.831,36)	(16.359,62)
(+/-) Aumento/Recursos de Projetos em Execução	382.922,05	(111.099,63)
(+/-) Aumento/Redução Intangível	(3.703,80)	-
(=) CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	401.706,68	(99.038,64)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	481.551,15	(82.726,27)
II – ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(+/-) Aquisição de Imobilizado	(12.427,10)	(15.441,95)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(12.427,10)	(15.441,95)
(=) VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES (I+II)	469.124,05	(98.168,22)
IV – VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
(+) 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	716.874,66	815.042,88
(-) 2 - Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	1.185.998,71	716.874,66
(=) VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES (1+2)	469.124,05	(98.168,22)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PERÍODO ENCERRADO EM 31/12/2016		
	2016	2015
RECEITAS OPERACIONAIS	1.897.792,43	2.103.982,70
RECEITAS COM RESTRIÇÕES	1.822.111,08	2.062.089,41
Recursos da Cooperação Internacional	1.505.229,44	1.915.785,06
Recursos Privados Nacionais	316.881,64	146.304,35
RECEITAS SEM RESTRIÇÕES	75.681,35	41.893,29
Receitas Financeiras	75.681,35	41.893,29
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		
COM PROGRAMAS	1.392.579,91	1.738.609,15
Salários	559.675,07	323.866,95
Encargos Sociais	50.370,76	89.634,05
Serviços Prestados PF	213.227,00	129.210,35
Serviços Prestados PJ	235.135,97	473.587,31
Custos Operacionais dos Projetos	334.171,11	722.310,49
RESULTADO BRUTO	505.212,52	365.373,55
DESPESAS OPERACIONAIS		
ADMINISTRATIVAS	456.299,45	358.804,25
Salários	186.803,36	142.831,77
Encargos Sociais	26.014,48	39.521,64
Serviços Prestados PJ	55.675,90	38.389,90
Impostos e Taxas	7.701,76	7.561,11
Serviços Gerais	89.553,78	82.377,73
Manutenção	31.317,56	17.236,29
Despesas Financeiras	35.816,34	15.443,86
Depreciação Acumulada	23.416,27	15.441,95
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS (LÍQUIDO)		
(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	48.913,07	6.569,30

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2016				
	Patrimônio Social	Superávit/ Déficit	Ajuste Exe.Anterior	Total PL
SALDO ANTERIOR EM 31.12.2015	46.977,94	6.569,30	-	53.547,24
Superávit (Déficit) do Exercício		48.913,07		48.913,07
Ajustes de Exercícios Anteriores			7.515,13	7.515,13
Transferência de Superávit de Recursos sem Restrições	6.569,30	(6.569,30)		-
SALDO FINAL EM 31.12.2016	53.547,24	48.913,07	7.515,13	109.975,44

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Nota 1) - CONTEXTO OPERACIONAL:

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, DURAÇÃO E FINS - A GESTOS: SOROPOSITIVIDADE, COMUNICAÇÃO E GÊNERO, constitui-se como uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, não partidária, com sede e foro na Rua dos Médicos, nº 68, Boa Vista, Recife/PE, inscrita no CNPJ, sob o nº 41.229.113/0001-40, com prazo de duração indeterminado.

A Gestos tem como MISSÃO “fortalecer os direitos humanos das pessoas soropositivas e populações vulneráveis às IST/HIV/AIDS, intervindo em políticas públicas, desenvolvendo ações educativas, culturais e de comunicação, produzindo conhecimentos de diversas naturezas na perspectiva da equidade de gênero, cidadania sexual, cidadania e justiça social”.

A Gestos desenvolverá a sua missão e objetivos através de pesquisa, capacitação, assessoria, seminários, debates, elaboração de recursos educativos e culturais, impressos, eletrônicos e audiovisuais; promoverá campanhas públicas educativas e eventos culturais; atendimento gratuito psicossocial e jurídico às pessoas soropositivas; atuará em parcerias com outras instituições, participando de redes, articulações, difusão de informações em diferentes mídias e outras ações que contribuam para o alcance dos objetivos institucionais da Entidade.

Nota 2) - ASPECTOS JURÍDICOS/LEGAIS

ESTATUTO
O Estatuto está registrado no 1º RTD – Recife/PE – Oficial Mabel de Hollanda Caldas, sob o nº 767490, em 11.12.2007.

ORGÃOS DE DELIBERAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONSULTA

Constituem instâncias de Deliberação, Fiscalização e Consulta:

- I. Assembleia Geral;
- II. Conselho Diretor;
- III. Conselho Fiscal

Assembleia Geral - Órgão máximo de deliberação, é constituído pelos membros do Conselho Diretor, do Conselho Fiscal, pelas/os demais Sócios/as, a qual reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que for necessário.

Conselho Diretor - Composto por três (03) membros titulares e um (01) membro suplente, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de três (03) anos, podendo ser reeleitos mais uma vez.

Conselho Fiscal - é constituído por três (03) membros titulares e um (01) suplente, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de três (03) anos, coincidente com o mandato dos membros do Conselho Diretor.

Nota 3) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil definidas pela Lei nº 6.404/76, considerando os aspectos específicos para o terceiro setor e atende as exigências contidas nas interpretações NBC.T 10 – dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Diversas, item 10.19 – Entidades sem Finalidade de Lucros, ITG 2002(R1), como também a NBC TG 07 do Conselho Federal de Contabilidade;

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade são:

Nota 4) . APURACÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

Nota 5). ATIVO CIRCULANTE

Nota 5.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representados pelos saldos das disponibilidades imediatas das contas de caixa, bancos conta corrente e aplicações financeira, sendo registradas pelo valor nominal. As aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

	2016	2015
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 1.185.999	R\$ 716.875
...Bancos Conta Movimento - Com Restrição	R\$ 14.187	R\$ 251.487
... Aplicação Financeira - Sem Restrição	R\$ 37.935	R\$ 15.232
... Aplicação Financeira - Com Restrição	R\$ 1.133.877	R\$ 450.156

Nota 5.2 – Créditos a Receber

Estão representados pelo contas a receber, onde apresentam valores a serem reembolsados entre os projetos em execução.

	2016	2015
Créditos a Receber	R\$ 3.001	R\$ 58.293
...Adiantamento a empregados	R\$ 1.800	-
...Adiantamento para Despesas c/ Viagem	R\$ 201	R\$ 12.793
...Empréstimos entre projetos a pagar	R\$ 1.000	R\$ 45.500

6. ATIVO NÃO CIRCULANTE

Nota 6.1 – Imobilizado

O Imobilizado da Entidade é composto pelos bens essenciais para realização de suas atividades os mesmos estão registrados pelo custo de aquisição. As depreciações estão calculadas pelo método linear sobre o custo de aquisição, com base em taxas determinadas em função da vida útil do bem.

	2016	2015
Imobilizado	R\$ 76.781	R\$ 87.770
...Móveis e utensílios	R\$ 19.680	R\$ 19.680
...Máquinas e Equipamentos	R\$ 105.463	R\$ 100.653
...Computadores e Periféricos	R\$ 60.603	R\$ 52.986
...(-) Depreciação Móveis e utensílios	-R\$ 9.629	-R\$ 7.661
...(-) Depreciação Máquinas e Equipamentos	-R\$ 65.766	-R\$ 55.567
...(-) Depreciação Computadores e Periféricos	-R\$ 33.570	-R\$ 22.321

Nota 6.2 – Intangível

Está representado pelos gastos ocorridos com a aquisição de uso de software e linha telefônica.

	2016	2015
Intangível	R\$ 5.204	R\$ 1.500
...Direito de Uso de Software	R\$ 3.074	-
...Direito de Uso de Telefone	R\$ 1.500	R\$ 1.500

7. PASSIVO CIRCULANTE

Nota 7.1 – Obrigações Tributárias

São representados pelos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais, inclusive impostos retidos de terceiros - Pessoa Física e Jurídica.

	2016	2015
Obrigações Tributárias	R\$ 28	-
...Imposto de Renda Retido na Fonte	R\$ 28	-

Nota 7.2 – Recursos a Aplicar

Estão representados pelos recursos recebidos de projetos/convênio a serem executados no exercício seguinte.

	2016	2015
Recursos a Aplicar	R\$ 1.148.313	R\$ 765.391
Recursos de Projetos em Execução	R\$ 970.344	R\$ 513.810
...MISEREOR 233-917-1029	R\$ 53.652	R\$ 60.762
...FORD Foundation 0145-1005	R\$ -	R\$ 50.952
...IPPF	R\$ 86.997	R\$ 16.330
...ONU Mulher	R\$ -	R\$ 35.748
...LACCASO Panamá	R\$ 2.975	R\$ -
...UNFPA	R\$ -	R\$ 72.177
...MAC	R\$ 150.690	R\$ 271.982
...REFORMA Cyrela/Ford 16-17	R\$ 644.919	R\$ 54
...ABONG	R\$ -	R\$ 5.805
...OSI	R\$ 31.111	R\$ -
Recursos de Convênio em Execução	R\$ 177.969	R\$ 251.580
...Estigma	R\$ -	R\$ 12.512
...Tuberculose MS	R\$ -	R\$ 239.068
...Chapéu de Pesca	R\$ 45.755	R\$ -
...Ministério da Saúde	R\$ 132.214	R\$ -

Nota 7.3 – Outras Obrigações

Estão representadas, pelos empréstimos entre projetos, no exercício de 2016, num montante entre os projetos de R\$ 1.001 (Hum mil e um reais), como também a conta de reserva para multa rescisória num montante de R\$ 11.668 (onze mil seiscentos e sessenta e oito reais), no exercício de 2016. Os empréstimos entre projetos realizados internamente são registrados a valores originais e não implicam em nenhuma forma de remuneração ao projeto cedente

	2016	2015
Outras Obrigações	R\$ 12.669	R\$ 45.500
...Empréstimos entre projetos a pagar	R\$ 1.001	R\$ 45.500
...Reserva para multa rescisória a pagar	R\$ 11.668	R\$ -

Nota 8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Registra o valor de R\$ 109.975 (Cento e nove mil novecentos e setenta e cinco reais), composto do patrimônio social, superávit/déficit do exercício e ajuste de exercícios anteriores.

	2016	2015
Patrimônio Líquido	R\$ 109.975	R\$ 53.547
...Patrimônio Social	R\$ 53.547	R\$ 46.978
...Superávit/Déficit do Exercício	R\$ 48.913	R\$ 6.569
...Ajuste de Exercícios Anteriores	R\$ 7.515	R\$ -

Nota 9 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os ajustes retrospectivos para a correção de erros foram registrados tendo como contrapartida a conta de Superávit/Déficit Acumulados. Correspondem a provisões de impostos a maior, créditos e despesas não escriturados ou escriturados erroneamente.

Nota 10 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do resultado do exercício está em conformidade com a lei nº 6.404/1976.

Nota 11 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A demonstração de Fluxo de Caixa foi instituída a partir da Lei 11.638/2007 em substituição à Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos - DOAR. Demonstra as principais alterações nas contas Caixa, Bancos e Equivalentes de Caixa (aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez). É elaborada a partir da Demonstração de Resultados e o Balanço Patrimonial, indicando a origem do dinheiro que entrou na Caixa, bem como a aplicação do mesmo. A demonstração é apresentada segregando os fluxos de caixas de atividades operacionais, investimento e financiamento, dessa maneira, permite uma melhor visualização do impacto financeiro originados de cada atividade.

Nota 12 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Demonstra a movimentação de todas as contas do patrimônio social durante o exercício, inclusive o Superávit / Déficit dos Exercícios e os Ajustes de Exercícios Anteriores.

Nota 13 - GRATUIDADES

O valor da Isenção da quota patronal da Previdência Social usufruída pela Entidade no exercício de 2016 foi de R\$ 229.272,37 (Duzentos e vinte e nove mil duzentos e setenta e dois reais e trinta e sete centavos):

Base de Contribuição	Valor R\$	%	Isenção Usufruída	Gratuidades Concedidas
Salários	727.073,51	25,5	185.403,77	1.848.879,36
Serviços Prestados	219.343,00	20,0	43.868,60	
Total	946.416,51		229.272,37	

Recife, 31 de dezembro de 2016.

Evandro Rosendo de Melo
Presidente

Gilmar da Silva
Contador - CRC 12.947/ PE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos (as) Senhores (as).

Conselho Diretor da **Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero**.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa opinião foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC – e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente a apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos nenhuma conclusão de auditoria sobre esse assunto.

Em relação com a auditoria referente as demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante e consistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos nosso julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo de auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, e das constatações significativas e de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria as demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria.
- Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto.

Recife (PE), 26 de junho de 2017
AUDICONTA – Auditores e Consultores S/C
CRC – PE 0546/4


Eliano Roberto de Lima
Contador CRC / PE 5976/O-0